

TRF	UPREMO
MENTAÇÃO, L	ECA
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem	109
Quem recebeu	
Data	30 / 08 / 2022
Hora	12:30



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

## TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 31/2017

Autos de anulação de sentença por manifestamente injusta e ilegal

Requerente: Procuradora-Geral da República

Requerido: Tribunal Judicial da Cidade de Pemba

Relator: Mondlane, L A

### SUMÁRIO

I - O mecanismo extraordinário de reapreciação de decisões por manifestamente injustas e ilegais constitui uma grave limitação à certeza e segurança jurídicas conferidas pela intangibilidade das decisões judiciais transitadas em julgado para que a justiça e a legalidade prevaleçam. Assim aqueles princípios e valores fundamentais numa sociedade democrática e no Estado de Direito, tais como *ne bis in idem* e o caso julgado cedem quando confrontados perante uma situação de grave injustiça e ilegalidade.

II - A jurisprudência firmada neste Tribunal alinha-se no sentido de que o direito ao recurso situa-se na esfera da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição e, por tal razão, não pode estar condicionado o seu exercício a uma declaração prévia da acusação e da defesa em processo sumário, antes do início do interrogatório do arguido respeitante à renúncia ou não do recurso sobre uma decisão futura, desconhecida, que vier a ser tomada no processo.

III - A omissão da indagação pelo juiz da causa aos sujeitos processuais se prescindem ou não do recurso não integra a presunção legal de que a acusação e a defesa renunciaram do recurso, com graves consequências para o exercício do direito de ampla defesa em processo penal.

III - A denegação do direito ao recurso, um direito de consagração constitucional acarreta a nulidade do julgamento e da sentença que lhe deu lugar.

IV - Num crime de ofensas corporais involuntárias resultantes de acidente estradal, a realização do julgamento de que resultou na condenação do arguido, com a audição deste apenas e na ausência do Relatório Médico-Legal, tudo isso, com desrespeito pelo preceituado nos artigos 557º e 558º, referidos aos artigos 2º e 5º, nº 3 do Decreto-Lei nº 28/75, de 1 de Maio, constitui omissão de diligências essenciais à descoberta da verdade material, pelo que procedem os fundamentos invocados.

### ACÓRDÃO

A Digníssima Procuradora-Geral da República requereu a suspensão e anulação da sentença proferida no Processo Sumário Crime registado sob o nº 11/2017 que correu termos no Tribunal Judicial da Cidade de Pemba, Província de Cabo Delgado, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo nº 3 do artigo 16 da Lei nº 4/2017, de 18 de Janeiro.

Motivando o pedido, a ilustre Magistrada disse o seguinte:

#### A - De Facto

1. O Tribunal Judicial da Cidade de Pemba submeteu a julgamento o arguido **Herman de Jesus Figueiredo**, com os demais sinais nos autos, findo o qual condenou-o na pena unitária de 6 (seis) meses de prisão efectiva por força do artigo 177, nº 18 do Código da Estrada que proíbe a substituição da pena de prisão por multa e no pagamento de 40.000,00Mt (quarenta mil meticais) de indemnização a favor da ofendida, entre outras medidas.
2. O arguido Herman Jesus Figueiredo vinha indiciado da prática de contravenções ao Código da Estrada designadamente as previstas no artigo 127, nº 17, alínea a) - condução sem a devida habilitação, velocidade excessiva e sob efeito de álcool - artigos 30, nº 1 e 81, nºs 1 e 7, respectivamente e ainda o crime de ofensas corporais involuntárias, p. e p. pelo artigo 177 do Código Penal.

3. Refere ainda a ilustre requerente que na audiência de discussão e julgamento o Meritíssimo Juiz da causa prescindiu a audição de testemunhas e declarantes arroladas pelo arguido.
4. O tribunal não deu oportunidade à acusação e à defesa para se pronunciarem se prescindiam ou não do recurso antes do início do interrogatório do arguido, pelo que a prova recolhida não foi registada em acta.
5. Como corolário, a sentença transitou em julgado por não ter sido impugnada em sede de recurso ordinário.

#### **B - De Direito**

Os presentes autos enfermam de vícios e irregularidades que se apontam:

- a) Na audiência de discussão e julgamento e, tratando-se de processo sumário, o Meritíssimo Juiz da causa não perguntou à acusação e à defesa se prescindiam ou não do recurso, ao arrepio do disposto no artigo 561º do C. P. Penal;
- b) Em consequência, a prova não foi registada em acta o que impossibilita a sua reapreciação em recurso por um tribunal hierarquicamente superior;
- c) Na aludida audiência, foi ouvido apenas o arguido e desatendida a audição de testemunhas por ele oferecidas em manifesto confronto como disposto no artigo 465º do C. P. Penal.
- d) Assim procedendo, o tribunal conheceu de questões de que não podia tomar conhecimento, ou seja, deu por provados factos sem o devido sustento material probatório o que determina a nulidade da sentença ditada nos autos, ao abrigo do disposto no artigo 668º, nº 1º, alíneas b) e d) do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária.

A terminar, pede à Exma. Procuradora Geral da República a anulação da sentença assim posta em crise, atento o disposto no artigo 50 da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto, (Lei da Organização Judiciária).



Correu o processo aos vistos legais, cumprindo apreciar e decidir.

Tudo visto, apreciando

Aduz a Ilustre requerente que a ocorrência de várias irregularidades e nulidades afectam a sentença, assim posta em crise, de manifesta injustiça e ilegalidade. Importa, pois, examinar cada uma das questões assinaladas no sentido de determinar a sorte do pedido, em vista ao seu procedimento.

### **1. Quanto à inobservância dos procedimentos fixados para efeitos de recurso em processo penal**

Manda o artigo 561º do C. P. Penal que só pode recorrer-se da sentença final, se a acusação ou a defesa declararem antes do interrogatório do arguido que não prescindem do recurso e o interpuserem logo em seguida à leitura da sentença. A consequência do facto é a produção da prova por escrito, isto é o seu registo em acta, o que permitirá a reapreciação do decidido por um tribunal hierarquicamente superior.

Constata-se, porém, da Acta da Audiência de Discussão e Julgamento (fls. 18 do processo apensado aos autos) que o Meritíssimo Juiz da causa não deu oportunidade à acusação e à defesa para se pronunciarem se prescindiam ou não do recurso, antes do início do interrogatório do arguido na audiência de discussão e julgamento. Na verdade, lê-se do aludido documento o seguinte: *"... [s]eguidamente ele, o senhor juiz, iniciou com a produção de prova pela forma que segue. À matéria dos autos respondeu oralmente"*.

Jurisprudência firmada neste Alto Tribunal orienta-se no sentido de que o direito ao recurso que se situa na esfera da ampla defesa e do duplo grau de jurisdição não pode estar condicionado a uma declaração prévia, antes do início do interrogatório do arguido respeitante à renúncia ou não de impugnação de uma decisão futura, ou seja que vier a ser tomada no

processo. E, muito menos, pode a omissão da indagação pelo juiz da causa aos sujeitos processuais se prescindem ou não do recurso ser tida por presunção legal da renúncia do mesmo. Para mais desenvolvimentos, veja-se o Acórdão desta Secção Criminal, datado de 25 de Abril de 2013, recaído no Processo nº 06/2012 – C, entre outros, para o qual se remete na parte relevante.<sup>1</sup>

A denegação do direito ao recurso, de consagração constitucional acarreta a nulidade, no caso, do julgamento e da sentença que lhe deu lugar. Procede, deste modo, o argumento invocado pela Digníssima Procuradora Geral da República.

## 2. Quanto à falta de audição de testemunhas

Mais se alcança dos autos que na audiência de discussão e julgamento, o tribunal *a quo* ouviu apenas o arguido e não curou de ouvir as testemunhas ao arrepio do disposto no artigo 465º do Código de Processo Penal. Na motivação ao pedido, concluiu a ilustre Magistrada requerente que, com a preterição da audição de testemunhas da defesa, o tribunal conheceu de questões de que não devia tomar conhecimento, ou seja, considerou provados factos sem o necessário suporte probatório, o que integra a nulidade referida na alínea d) do nº 1º do artigo 668º do C. P. Civil, de aplicação subsidiária.

Todavia, ao contrário do que se invoca no pedido, o tribunal deixou de conhecer do que devia, ou seja, de realizar diligências reputadas essenciais

---

<sup>1</sup> Lê-se no Acórdão o seguinte: “Todavia, a presunção por parte do juiz de que a acusação e a defesa renunciaram ao recurso se antes do interrogatório do réu os respectivos representantes não tiverem declarado que não prescindem do recurso conforme resulta do § único do artigo 531º do C. P. Penal pode traduzir-se na denegação do recurso. A renúncia assim produzida com todas as consequências nefastas sobre o direito de defesa, com especial incidência sobre o direito ao recurso, todos de consagração constitucional, tem de ser querida e inequivocamente manifesta (...). Entendemos, por isso, que o processo penal deve assegurar todas as garantias de defesa de que o recurso é parte indissociável. Assim, as razões de concretização dos princípios de celeridade, imediatismo e eficácia da reacção jurídico-criminal que o processo (...) procura dar resposta não pode justificar o cerceamento de tal direito. Não pode, pois, uma norma ordinária limitar aquilo que a Constituição da República de Moçambique amplamente concede”.



para o conhecimento da verdade material. Neste sentido, interessará ao caso a parte final do dispositivo legal acima citado.

De referir, desde logo, que a Ilustre requerente limita-se a afirmar que o tribunal preteriu a audição de testemunhas sem designar se as da acusação ou da defesa e nem aponta a respectiva identificação.

Na verdade, compulsando o respectivo processo (apenso nº 1), verifica-se que o auto de notícia (fls. 1) não faz qualquer menção a testemunhas e nem declarantes. De igual modo, a douta promoção do Digno Magistrado do M. P. (fls. 9) e do douto despacho que marca data para julgamento (fls. 13) são omissos quanto à identificação ou simples menção de testemunhas indicadas pela acusação e pela defesa. Mais ainda, quando notificado o arguido do aludido despacho não arrolou testemunhas nem declarantes a serem ouvidas no julgamento. Do mesmo modo procedeu a acusação remetendo-se ao silêncio quanto ao facto em análise. Nas presentes circunstâncias, competia ao tribunal diligenciar no sentido de obtenção de mais elementos de prova ao invés de alicerçar a sua convicção apenas com base nas respostas do arguido num processo que resultou numa sentença condenatória. Verifica-se, pois, omissão de diligências essenciais à descoberta da verdade material, donde a nulidade prevista no nº 1º do artigo 98º do C. P. Penal, senão vejamos.

### **3. Quanto à ausência do Relatório Médico-Legal nos autos.**

Do acidente resultaram ferimentos graves na vítima, menor de 7 anos de idade, que dá pelo nome de Helena Pinto Manuel, identificada a fls. 2 do Processo em Apenso) a qual, uma vez socorrida, foi conduzida ao Hospital Provincial sito na Cidade de Pemba, onde ficou internada no Banco de Socorros a receber cuidados intensivos.

Apesar de devidamente ordenado pelo Ministério Público não se mostra junto aos autos o Relatório Médico-Legal. Trata-se de documento de extrema

relevância pois que imprescindível para a determinação da medida concreta da pena no que tange às ofensas corporais involuntárias suportadas pela vítima. Na ausência de tais elementos não se lobra o critério empregue pelo tribunal para determinar a condenação imposta ao arguido. Verifica-se, pois, a omissão de pronúncia sobre a gravidade das lesões infligidas à vítima o que reconduz à nulidade prevista na alínea d) do n° 1° do artigo 668° do C. P. Civil.

Resulta do acima exposto, que a realização do julgamento de que resultou na condenação do arguido, com a audição deste apenas e na ausência do Relatório Médico-Legal, tudo isso, com desrespeito pelo preceituado nos artigos 557° e 558°, referidos aos artigos 2° e 5°, n° 3 do Decreto-Lei n° 28/75, de 1 de Maio, constitui omissão de diligências essenciais à descoberta da verdade material, pelo que procedem os fundamentos invocados.

O mecanismo extraordinário de reapreciação de decisões por manifestamente injustas e ilegais constitui uma grave limitação à certeza e segurança jurídicas conferidas pela intangibilidade das decisões judiciais transitadas em julgado para que a justiça e a legalidade prevaleçam. Assim, aqueles princípios e valores fundamentais numa sociedade democrática e no Estado de Direito, tais como *ne bis in idem* e o caso julgado cedem quando confrontados perante uma situação de grave injustiça e ilegalidade.

Nestes termos, os Juizes da Secção Primeira do Tribunal Supremo das fronteiras ao pedido e anulam a sentença impugnada e a acção de julgamento que lhe deu lugar





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

que deverão ser substituídas por outras com  
observância das formalidades legais.

Seu impacto por nos ser devido.

Maputo, 10 de Maio de 2018

*Handwritten signature*  
Medio Nhat

Está conforme

Maputo, 10 de Julho de 2018

A secretária Judicial

*Handwritten signature*